

Relatório da Audiência n.º [6-COFMA-XIII](#)

Dia: 25 de fevereiro de 2016

ENTIDADE: Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup)

ASSUNTO: *Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2016*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Maria das Mercês Borges (PSD);
- Ivan Gonçalves (PS);
- Luís Monteiro (BE);
- Ana Rita Bessa (CDS-PP);
- Miguel Tiago (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), deu as boas vindas aos representantes do SNESup, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação do SNESup, composta pelo Professor Doutor António Vicente, pelo Professor Doutor Gonçalo Leite Velho e pelo Professor Doutor Raul Santos Jorge, agradeceu o agendamento da audiência, e apresentou sucintamente os motivos que a trouxe à Assembleia da República, e que se encontram na exposição que remeteram à COFMA, disponível na página da audiência no sítio eletrónico do Parlamento.

Em sede de debate, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que manifestou a sua concordância com algumas das propostas, lembrando, todavia, que o PSD não vai apresentar propostas de alteração ao OE para 2016.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) sustentou que o PS sempre apoiou a Ciência e a Tecnologia, recordando o trabalho, no seu entender unânime, do Professor Mariano Gago, nestas matérias. No que toca ao pagamento das agregações considerou que é de facto uma injustiça o seu não pagamento, mas que dadas as condições orçamentais do país deveria ser de ponderar o início do pagamento com efeitos a partir da data de entrada em vigor do OE, e não com efeitos retroativos desde a data de obtenção do grau como proposto pelo SNESUP. No que se refere à precariedade dos investigadores, compreende e é sensível ao argumento apresentado pelo SNESUP, sobretudo para os investigadores mais seniores (entre os 30 e 45 anos) e de qualidade e que já tiveram uma ou várias bolsas, ou contratos de investigador FCT, mas que continuam em situação precária. Referiu que o PS irá analisar atentamente o documento e as propostas da SNESUP.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) recordou que os problemas não são de agora. Enfatizou uma série de questões, com destaque para a precariedade laboral no ensino superior, notando que esta é uma realidade pouco compaginável com um Estado de Direito e que o combate a essa precariedade faz parte do acordo com o PS. Referiu que o BE irá apresentar propostas de alteração para efetivar o Projeto de Resolução já aprovado pela Assembleia da República.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) mencionou que o CDS-PP irá apresentar propostas de alteração, sendo que as mesmas estão ainda condicionadas à audição com o Ministro, concretamente no que toca ao artigo 23.º da proposta de lei.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) começou por manifestar discordância face ao trabalho do ex-Ministro Mariano Gago, após o que declarou concordar com as propostas do SNESup, realçando que este OE mantém o contexto financeiro da relação entre as instituições e os trabalhadores.

A delegação do SNESup declarou que gosta de apresentar soluções para os problemas suscitados e recordou que há já decisões judiciais favoráveis às pretensões

do Sindicato em matéria de agregações. Realçaram, como problemas principais, as agregações, o regime transitório e a precariedade.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pelo SNESup, dando nota que seria elaborado um relatório da audiência, a distribuir para conhecimento de todos os membros da Comissão (incluindo os que não tinham podido estar presentes, devido aos trabalhos parlamentares), a ser apreciado em reunião da mesma.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2016

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira